A POSSE DA MINISTRA ELLEN GRACIE Northfleet na presidência do Supremo Tribunal Federal oferece contornos especiais à mais alta Corte do país. A singularidade do momento não é decorrente só do fato de ser a primeira mulher a presidir o STF. Ela terá pela frente momentos desafiados a enfrentar – tanto de natureza jurídica quanto política.

A Ellen Gracie caberá a tarefa de conduzir as profundas transformações do Poder Judiciário, exigidas pela sociedade e iniciadas pelo seu antecessor, ministro Nelson Jobim. Em ano eleitoral, o Supremo também precisará harmonizar as relações entre os três poderes, reafirmando, em especial, o equilíbrio entre o Legislativo e o Judiciário. Não são poucos os parlamentares irritados com algumas decisões recentes do STF, contrárias à musculosa maioria do Congresso e claramente favoráveis ao governo do presidente Lula.

Qualidades não lhe faltam. Com reconhecida inteligência, equilíbrio, conhecimento jurídico e ausência de posicionamentos políticos em público, Ellen Gracie saberá exercer com sensatez a presidência do Supremo numa fase nova da Justiça brasileira. Conforme sublinham os advogados Ives Gandra Martins e Arnaldo Wald, em artigo publicado hoje no *Jornal do Brasil*, “não há mais como permitir que perdure a verdadeira avalanche de processos, que ultrapassam os 100 mil recursos, distribuídos e julgados, anualmente, pelo STF”.

A modernização do país, conjugada com as complexas e velozes mudanças da sociedade, exige da Justiça brasileira transformações inadiáveis. Cidadãos, empresas e governos pedem pressa na solução dos problemas. Os antigos ritos processuais, adotados desde o século passado, não podem mais atender a tais exigências. Para superar a lentidão da Justiça, convém não só mudá-los, mas também garantir eficiência aos tribunais.

Nos dois anos que presidiu o Supremo, o ministro Nelson Jobim deu passos fundamentais para as mudanças. O JB já ressaltou em editorial que, sem o traço detestado da sua personalidade – que conhece como poucos os pontos fortes e fracos dos três poderes – a reforma do Judiciário não se teria consumado na Emenda Constitucional nº 45. Também não estariam aprovados os projetos que complementam a reforma, com a revisão radical da legislação processual, a fim de atualizá-la e adaptá-la ao Judiciário mais acessível, previsível e ágil que a sociedade exige e merece. Jobim despede-se do Tribunal sob a polêmica de valer-se da toga para cuidar de interesses políticos, mas são inegáveis seus préstimos à Justiça.

Os antigos ritos processuais não podem mais atender às exigências da sociedade

Vale lembrar também o papel exercido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dirigido inicialmente por Jobim e agora sob o comando de Ellen Gracie. O Conselho tem a missão de controlar a situação administrativa e financeira do Judiciário e preservar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. Com ele, troca-se o anacronismo do que é visto como privilégio pela maior transparência, atributo e pressuposto da atividade pública nas democracias.

Há um mês, durante a sabatina que a levou à aprovação unânime para presidir o Conselho Nacional de Justiça, Ellen Gracie lembrou que as mudanças implementadas na reforma, como a adoção do efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, poderão aperfeiçoar a prestação de serviços jurídicos nos próximos cinco anos.

É o que o Brasil deseja.

16

JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA
27 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

JUDICIÁRIO

Uma nova face na Justiça

20

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
28 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

GASTOS PÚBLICOS

Riscos pré-eleitorais

APESAR DOS RESULTADOS FISCAIS mais positivos do que muitos analistas esperavam, o volume de gastos do governo federal no primeiro trimestre deste ano adquiriu musculatura preocupante. Não há espaço para os otimistas quando se comparam os números de 2006 e os dados do ano passado.

Segundo os números divulgados esta semana pelo Tesouro Nacional, os gastos cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006. As despesas da União, da Previdência Social e do Banco Central chegaram a R\$ 88,8 bilhões no fim de março – contra R\$ 77,6 bilhões no mesmo período do ano passado. O resultado primário do governo central (descontado o pagamento dos juros) caiu de R\$ 17 bilhões no primeiro trimestre de 2005 para R\$ 14,6 bilhões neste ano. Passou de 3,89% do Produto Interno Bruto para 3,06%.

São evidências de que o crescimento dos gastos públicos brasileiros, sobretudo da administração federal, não oferece margem para novos disfarces. Em ano eleitoral, convém ficar alerta. Porta-vozes do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda argumentam que o governo inverteu o cronograma do gasto público, acelerando os investimentos nos primeiros meses. Seria a saída encontrada para adequar a ação governamental às limitações de gastos em ano de eleições.

Tal argumento não sobrevive à composição das despesas. Os números têm sido impulsionados especialmente pelo inchaço na folha de pessoal e encargos, além de outros componentes de custeio – aqueles destinados a manter o aparelho governamental. Se as despesas gerais do governo central aumentaram R\$ 11,3 bilhões, o dispêndio com pessoal e ninguém cresceram quase R\$ 7 bilhões. Resta saber se este é um fenômeno passageiro, resultado da recomposição de vencimentos de servidores públicos, benefícios previdenciários e salário mínimo, ou consequência de um maior descontrole dos gastos.

Em benefício do governo, credite-se o fato de, neste primeiro trimestre, o superávit primário do setor público ter ficado em 4,39% do PIB – acima, portanto, da meta fixada para o ano, 4,25%. Em se tratando de política macroeconômica, isso significa que o setor público deixou de exercer pressão sobre a demanda por bens e serviços. Abre-se, por exemplo, uma vistosa janela para o combate à inflação e para a progressiva redução das taxas de juros.

Há, contudo, um fator pouco tranquilizador: desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano. Em 2004 e em 2005, o setor público acumulou gordura suficiente para ser queimada com segurança no segundo semestre. Essa gordura sumiu entre janeiro e março deste ano.

Números mostram que desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano

Mais: é difícil imaginar que o apetite público será reduzido a partir de julho, mês que marca oficialmente o início da sucessão presidencial. Trata-se de um jogo perigoso, sobretudo por dois fatores: o Orçamento da União foi inflado pelo Congresso, e o aumento do salário mínimo afetará a folha salarial de todos os níveis de governo e ampliará os gastos da Previdência. É dispensável ressaltar que o governo deverá seguir adiante na tática de promover bondades eleitorais. Um risco pré-eleitoral inaceitável.

O filme é antigo, que persiste mesmo sob o freio da Lei de Responsabilidade Fiscal, mecanismo institucional responsável por impedir que os governantes promovam aumentos insustentáveis de gastos na tentativa de colher dividendos eleitorais. Esse é um compromisso do qual o governo federal – sob qualquer bandeira partidária – não pode distanciar-se. Trata-se de uma conquista e uma exigência da sociedade.

O RELATÓRIO DA AGENCIA Internacional de Energia Atômica (AIEA), divulgado ontem, oferece novos argumentos para uma ação militar do governo americano. Os Estados Unidos desejam uma resolução da ONU que, no limite, abra a trilha para uma operação contra o Irã. O diretor-geral da AIEA, Mohammed ElBaradei, confirmou no relatório que o governo iraniano ignorou as exigências da comunidade internacional em relação ao seu programa nuclear. Mas do que isso, acelerou as atividades de enriquecimento de urânio. Segundo ElBaradei, o governo iraniano não oferece a cooperação requerida pelo Conselho de Governadores da agência.

Com o relatório da agência, o Conselho de Segurança da ONU prepara uma resolução, que deverá começar a ser debatida na próxima semana. O documento abrirá espaço para uma ação de guerra em território iraniano. O conflito, que já estava iminente diante das sucessivas provocações do presidente-bomba iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ganhou contornos especialmente nítidos. Sobram evidências de que Ahmadinejad descumpriu o Tratado de Não-Propriedade de Armas, do qual o Irã é signatário. Ele mentiu. Mobilizou multidões islâmicas em provocações contra os valores, as idéias e os hábitos ocidentais. Estimulou o embate contra Estados Unidos e Israel.

É um arsenal vasto e ame-drontador. O mundo sabe que está diante de um arquétipo do fundamentalismo radical, capaz de aprofundar a hostilidade dos islâmicos em relação ao Ocidente. Sempre balizado pela insensatez, Ahmadinejad costuma agredir os tímpanos normais com frequência e desemburragem. Seu principal desejo é varrer Israel do mapa. Para cumprir a promessa, conduz perigosamente seu programa nuclear. Em 2005, recém-empusado, rompeu acordo assinado com França, Alemanha e Reino Unido.

O argumento do governo do Irã é quase singelo: as autoridades afirmam que só desejam dominar a tecnologia nuclear para fins pacíficos. Ahmadinejad já disse, contudo, que "a nação iraniana não vai dar atenção a resoluções inúteis", referindo-se ao pedido da AIEA para suspender o programa. A resposta típica de quem recorre habitualmente à lira do delírio. Programas do gênero exigem acompanhamento internacional rigoroso, sobretudo quando conduzidos por líderes inconseqüentes. Não à toa, o relatório da agência da ONU ressalta que "qualquer progresso nesse setor requer total transparência e cooperação ativa pelo Irã". A premissa, no entanto, é enfaticamente rejeitada por Ahmadinejad.

Gestos iranianos de afronta são concebidos com especial racionalidade

A atitude iraniana não significa dizer que o processo diplomático tenha chegado ao fim. Cresce, contudo, a convicção de que a diplomacia não tem sido arma eficaz para intimidar o senhor da guerra iraniano. Ahmadinejad acredita ser o encarregado de preparar a volta do imã oculto, que voltará no fim dos tempos para trazer paz e justiça aos islâmicos. Esse retorno, diz, precederá de um fogo que surgirá nos céus para punir os infiéis – semelhante a uma explosão atômica. Ele está convencido de que os infiéis estão em Israel e no mundo ocidental. Deseja provocar fanáticos dementes contra o "Grande Satã", cujo braço, segundo ele, estaria em Israel.

Apesar do disparate, os gestos de afronta são concebidos e executados com especial racionalidade. Ahmadinejad e seus seguidores desejam projetar-se como protetores do Oriente Médio. Acabaram levando o mundo a uma nova guerra – se antes não forem punidos pelos graves equívocos cometidos.

20

JORNAL DO BRASIL

SÁBADO
29 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

IRÃ

Argumento para uma ação militar

A MÁ CONSERVAÇÃO dos bairros Leblon e Ipanema, descrita por reportagens do Jornal do Brasil, evidenciam o estado letárgico das intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro. O caso da prefeitura com os problemas que afetam a mais bela cidade do mundo é proporcional ao avanço das deficiências. São incontáveis também as evidências de desvirtuamento dos projetos originais dos bairros, conforme mostraram os repórteres Duiho Victor e Renata Machado.

Leblon e Ipanema são exemplares ao exibir o desconforto que abala a vida dos cariocas. Os dois bairros têm o metro quadrado mais caro da cidade. Seus moradores pagam fortunas pelo IPTU. Em troca, recebem uma vasta galeria de problemas. Muitos dos postes do Leblon, que viraram marca do bairro pelo design exclusivo, estão apagados ou apresentam falhas de iluminação. Os canteiros de jardinagem foram destruídos. As famosas bolas de concreto que protegem as calçadas, também. As praças, repletas de menores e mendigos, tornaram-se inseguras. Bancos sujos e quebrados completam a paisagem. Problemas como as falhas de iluminação se repetem em Ipanema. Ali, os moradores se queixam especialmente da degradação das calçadas do bairro.

Somadas, as deficiências confirmam a descaracterização do Rio Cidade, programa criado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1993. Foi o último grande projeto de intervenção urbana concebido pelo prefeito Cesar Maia. Ainda em curso, o objetivo é valorizar e modernizar as áreas centrais dos bairros, com nova iluminação pública, pavimentação de vias e calçadas, novo mobiliário urbano, sinalização viária, rampas para acesso de portadores de necessidades especiais, idosos e crianças, novas áreas de lazer, entre outras melhorias. De lá para cá, o canção parece ter se abatido sobre o prefeito e seus auxiliares.

Prova do enfado é a ausência de grandes planos urbanísticos, uma exigência permanente em grandes metrópoles. Basta comparar com experiências internacionais e nacionais. Barcelona, na Espanha, recebe hoje notáveis intervenções em seus monumentos religiosos. Há 25 anos enfrenta mudanças contínuas, cujo objetivo é melhorar a cidade e adaptá-la às novas demandas. No Brasil, convém visitar cidades como Salvador, Recife e Fortaleza, exemplos, no Nordeste, de metrópoles em constante evolução. O Rio, no entanto, parece ter parado no tempo. Transformou-se em mera sombra do que fizeram Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, em gestões sucessivas na prefeitura e no governo do estado.

Leblon e Ipanema são exemplares ao exibir o desconforto que abala a vida dos moradores

Com eles, o Rio soube enfrentar a explosão metropolitana das décadas de 50 e 60, alimentada por intensos fluxos migratórios e pela modernização da cidade. Ampliou-se a malha viária, em obras como o Aterro do Flamengo, os túneis Rebouças e Santa Bárbara – até os projetos Rio Cidade e Favela-Bairro, executados nas administrações de Cesar Maia e Luiz Paulo Conde.

É preciso mais. A péssima conservação dos bairros, as deficiências de trajeto, a urbanização desorganizada, a insegurança estimulada pela iluminação precária, os problemas do transporte público, entre outros infortúnios, tornam a vida dos cariocas um martírio permanente. Trata-se de um evidente paradoxo para uma cidade de notáveis encantos naturais, que se prepara para sediar o Pan Americano em 2007 e sonha, no futuro, abrigar os Jogos Olímpicos.

A27

JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
30 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

RIO DE JANEIRO

O martírio dos cariocas

O BRASIL ESTÁ REPROVADO num dos quesitos essenciais de medição da qualidade do ensino no mundo, comprova pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O país saiu-se muito mal em um indicador-chave – a taxa de repetência no nível primário (da primeira à quarta séries do ensino fundamental). Segundo a Unesco, um em cada cinco alunos brasileiros é reprovado nessa etapa, habitualmente crítica do processo de aprendizado. O dado é estarrecedor para um país em que – se imaginava – já havia um consenso nacional: o de que uma educação de má qualidade o conduzirá à trilha do atraso.

A taxa de repetência brasileira só não é pior do que a de apenas 15 países, a maioria na África. Com 21%, o Brasil apresenta resultado equivalente a Moçambique e Eritreia. Está aquém de nações reconhecidamente atrasadas, como Camboja, Haiti e Ruanda. Quando se comparam os números brasileiros com os vizinhos Chile e Argentina, a pesquisa da Unesco transforma-se num motivo de vergonha ainda maior: entre os alunos chilenos, o índice de reprovação é de apenas 2%. Na Argentina, 6%.

Os dados se referem a 2002, mas não há razão para acreditar em melhorias substantivas. A indigência educacional decorre especialmente das condições insatisfatórias de ensino e de aprendizagem. O fracasso, nesse caso, não é só das crianças, cuja auto-estima é abalada de maneira muitas vezes irreversível. A reprovação deve ser compartilhada com professores e, sobretudo, com os gestores escolares públicos, incapazes de conceber e executar programas críveis e de qualidade.

Conforme a própria Unesco analisou os dados divulgados, o alto índice de repetência no país revela que os professores não estão preparados para ensinar alunos com dificuldades socioeconômicas. Faltam não só programas mais eficazes de qualificação dos docentes. Os poucos existentes esbarram no corporativismo e na in-

competência. O país precisa ainda de projetos de longo prazo, capazes de promover saltos efetivos na qualidade do ensino. A tarefa implica destinar mais verba e garantir mais eficiência – pré-requisitos que o Brasil, infelizmente, não vem apresentando nos últimos anos, a despeito dos enfáticos discursos dos governantes. Salários baixos e baixo índice de professores com diploma superior completam o cenário desolador. Resultado: avançamos muito na universalização do ensino nas últimas duas décadas, mas estagnamos de maneira preocupante na qualidade. Não é feito de um só governo. Convém ressaltar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao Palácio do Planalto com a promessa de realizar uma revolução educacional.

Os dados se referem a 2002, mas não há razão para acreditar em melhorias substantivas

Com três ministros da Educação, pouco fez para cumprir a palavra. Prova disso é que somente a poucos meses do fim do mandato criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aprovado na semana passada no Congresso. O Fundeb estenderá os repasses da União aos três níveis do ensino básico (o infantil, o fundamental e o médio). Os otimistas acreditam que aumentará o volume de dinheiro aplicado no ensino.

Eis um passo relevante, mas não suficiente. Recrutar e qualificar um maior número de professores também será fundamental. O país precisará contratar mais de 390 mil docentes até 2015, alerta a Unesco. Se mais recursos não vierem acompanhados de planos bem articulados, os resultados serão igualmente esmagados. Estados e municípios, responsáveis diretos pela educação fundamental, precisam fazer sua parte. Caso contrário, o futuro sonhado por todos levará a novas e definitivas reprovações.

15

JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA
1º DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

EDUCAÇÃO

Indigência no aprendizado

16

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA
2 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

ENCONTRO DO PT

Silêncio e perdão

A DECISÃO PETISTA DE ADIAR o futuro dos companheiros envolvidos no escândalo do mensaleiro confirma a degradação do partido que até pouco tempo se autoproclamava sinônimo de retidão ética e moral. O Partido dos Trabalhadores constituiu hoje um conjunto de estilhaços, no qual não se enxerga um só exemplo de real autocrítica em relação aos erros cometidos nos últimos anos. O partido poderia ter seguido uma trilha diferente no fim de semana, quando realizou seu 13º Encontro Nacional. Milhões de brasileiros esperavam decisão que revelasse ao país o aprendizado petista – e confirmasse o desejo de extirpar do partido aqueles que macularam a legenda ao habitar-se nas águas do vale-tírduto.

Foi uma espera em vão. O documento aprovado no encontro revela-se uma peça exemplar do estado atual do PT. Adia para depois das eleições o julgamento dos reconhecidos mensaleiros. Tampouco fixa data para isso. Na prática, o truque oferece antecipadamente o perdão. Só as mentes mais insensatas imaginam que o PT punirá companheiros eleitos nas urnas em outubro. Ou expulsará do partido companheiros dedicados à campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT optou por não perder cabos eleitorais a iniciar um desafiável processo de limpeza interna. Pode pagar caro pela ousadia.

O documento oferece condescendência à ação dos incoseqüentes. Mesmo sem definir punições, o documento do partido classifica de "inaceitáveis" algumas práticas, entre elas "a centralização de decisões por alguns dirigentes sem a autorização de nossas instâncias". Também se refere a certas "ilusões sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas em função dos nossos" – seja lá o que isso signifique.

São palavras enfáticas, mas insuficientes. O texto aprovado também revela passagens especialmente constrangedoras. Insiste, por exemplo, em classificar a reeleição do presidente Lula como algo destinado a barrar a ação da "direita" e dos "neoliberalistas". Como se vê, os códigos verbais e o jogo retórico do PT permanecem os mesmos dos tempos de oposição, apesar das lições deixadas por quase quatro anos de exercício do poder. A recorrência à tese de existência de uma "direita neoliberal" capaz de expulsar do governo os petistas tem sido a forma encontrada pelos caciques do partido para conchamar os militantes e os desavisados dos movimentos sociais. Resta saber se serão bem-sucedidos nessa convocação.

O partido exhibe estilhaços, nos quais não se enxerga um só exemplo de autocrítica

Para alguns, é compreensível que os líderes do partido recorram a fantasias para escapar do julgamento público. O partido segue adiante, emparelhado pelas escabrosas denúncias que esfacelaram o patrimônio ético da estrela vermelha, tisanado pela paralisia administrativa que esmaeceu as feições do governo Lula e abalado por sucessivas tentativas de fugir das investigações em curso. Não se justifica, contudo, a manutenção de uma empáfia canhestra, como aquela exibida ontem pelo presidente, durante a missa do Primeiro de Maio, na cidade de São Bernardo. Lula exime-se de responder às críticas que governo e partido recebem. O julgamento, garante, tem de ser feito pelo povo. Será. Mas a constatação não lhe garante o privilégio do silêncio diante dos escândalos e do perdão oferecido aos mensaleiros. Esse gesto, sim, será julgado pelos eleitores em outubro.

O DECRETO DO PRESIDENTE da Bolívia, Evo Morales, nacionalizando os campos de petróleo e gás do país, demonstrou o tamanho e a relevância do presidente Lula e da diplomacia brasileira na América do Sul. Desmontou o castelo de alívio que megalômanos instalados nos palácios do Planalto e do Itamaraty costumam construir para sublinhar a liderança do país entre os nossos vizinhos. Morales não só rasgou contratos definidos até 2019 ao cercar-se de soldados em um campo operado pela Petrobras, em Santa Cruz de la Sierra, para ordenar às empresas estrangeiras a entrega do controle dos campos e a aceitação de condições muito mais duras para operar nos próximos seis meses. O presidente boliviano também ressaltou o seu distanciamento em relação ao governo brasileiro e pontuou o atrelamento ao pensamento rupestre da dupla Hugo Chávez-Fidel Castro.

São maus presságios para uma região que assistia, no fim de semana, à espantosa celebração da "santíssima trindade antiimperialista", reunida em Havana, símbolo maior da esquerda delirante ainda vigente. "Somos três para defender o povo latino-americano", disse Evo Morales, ao lado dos seus guias supremos – os dois ditadores que conduzem venezuelanos e cubanos com mão de ferro. A defenestração de Lula da "santíssima trindade" até significa uma boa notícia para o presidente brasileiro. O mesmo não se pode dizer das consequências da nacionalização do gás e do petróleo desejada pela esquerda latino-americana e consumada por Morales. De imediato, o temor é justificável: há enormes riscos tanto para consumidores quanto para investidores internacionais (sempre odiados por certos governantes de esquerda mas economicamente imprescindíveis à região).

Não à toa um comentarista do jornal *La República*, de La Paz, disse que o presidente boliviano convertera-se em um "tormenta-bomba regional" – trilha natural para alguém encorajado pela fanfarronice de Hugo Chávez.

Eis o resultado garantido pela condescendência brasileira. Chávez comprou confusão com o mexicano Vicente Fox, o colombiano Álvaro Uribe e o peruano Alan García, atraindo para o late-boca o presidente Alejandro Toledo. Com tais gestos, adornou o já rico folclore retórico exibido por líderes latino-americanos. Agora, Morales mexe no bolso de companhias de países vizinhos e de nações com reconhecidos laços na região, como a Espanha. A Petrobras e a Repsol espanhola são apenas duas das maiores vítimas da nacionalização decretada pelo presidente boliviano. Há evidentes semelhanças com as medidas adotadas por Chávez, como o aumento de impostos e a participação da estatal PDVSA como sócia dos campos de petróleo. Simon Bolívar não faria melhor.

Morales desmontou o castelo de alívio que megalômanos brasileiros costumam construir

Enquanto isso, a diplomacia brasileira esboça sinais confusos. Uma reunião de quase três horas – na qual estavam presentes o presidente, nove ministros, o vice-presidente e o presidente da Petrobras – chegou ao fim ontem sem resultado aparente. Persistem interrogações sobre o fornecimento e o preço do gás importado pelo país. Em o epílogo de um enredo balizado por ações erráticas. O Brasil ausentou-se quando devia intervir, como na "guerra das panelas" envolvendo Argentina e Uruguai. Posicionou-se equivocadamente diante do mirabolante projeto de gaseoduto que ligaria a Venezuela ao Brasil e à Argentina. Confere credenciais inadequadas às estripulias totalitárias chavistas.

Chegou a hora de mostrar a alívio tão proclamada da nossa diplomacia. Convém ir à mesa de negociações. Para tanto, será preciso saber qual o real interlocutor do Brasil na América do Sul. O Mercosul está débil. E os clones de Chávez e Fidel, cada vez mais vivos.

16
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
3 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

AMÉRICA DO SUL

A Bolívia agiu, e o Brasil não viu

VENCIDAS AS PRIMEIRAS HORAS da ruidosa decisão boliviana de nacionalizar os campos de petróleo e gás do país, o Brasil pode constatar, sobressaltado, a dimensão do erro da política energética nacional: a dependência. Surpreendido pelo decreto do presidente Evo Morales (um seguidor fiel das fantasias nacionalistas de Hugo Chávez), o governo brasileiro pouco pôde fazer. Praticamente imobilizado, fez o possível. E o possível, neste caso, não pôe fim às perturbadoras interrogações deixadas sobre o abastecimento e o preço do gás para os próximos meses.

Há um consenso especial entre os muitos analistas ouvidos nas horas de espanto: o máximo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguirá é assegurar do "amigo" boliviano um desconto do novo preço do gás vindo da Bolívia. O reajuste será inevitável para empresas e consumidores. Goste ou não da decisão de Morales, o Brasil precisará continuar importando gás natural boliviano, a despeito do previsível aumento de preços e dos prejuízos da Petrobras. "Não tem crise entre Brasil e Bolívia, e não existirá crise", disse ontem o presidente Lula, sublinhando o direito de "um povo sofrido" de "reivindicar maior poder sobre sua maior riqueza".

O chefe do Planalto tem razão quanto ao direito boliviano. Mas convém refletir a respeito da crise como uma referência de boa vizinhança. Morales representa um governo soberano, tem de prestar contas somente aos bolivianos e, se for o caso (e é), responder legalmente por eventuais quebras de contrato com outros países. Foi coerente com os ensinamentos aprendidos com os colegas Hugo Chávez e Fidel Castro – com quem, horas antes do decreto, celebrou a "santíssima trindade antiimperialista", a trinca disposta a "defender o povo latino-americano". Mas há uma crise evidente. Muitas empresas brasileiras fizeram, nos últimos anos, a migração para o gás natural como combustível. Os planos de expansão estão todos suspensos.

Consumado o decreto de Morales, constatados o despreparo e a improvisação da diplomacia brasileira, é hora de mostrar ao mundo que a América Latina não está à mercê da lira delirante tocada por Chávez e seus clones. Para o mercado internacional, a Bolívia é hoje um país no qual não se pode confiar. Investidores sabem que contratos podem ser rasgados segundo os interesses de um "povo sofrido". O efeito-manada é um perigo, e dele o Brasil precisa escapar. O desafio requer muito mais do que rigor diplomático. O encontro entre os presidentes do Brasil, Bolívia, Argentina e da Venezuela, hoje, pouco deve subtrair as perdas e os danos já identificados. A presença de Chávez, ressalte-se, é descabida e prova sua temerosa influência na região.

Sem alternativas no curto prazo, a tarefa brasileira é inadiável: apressar o projeto da Bacia de Campos

Sem alternativas no curto prazo, o Brasil tem uma tarefa inadiável: apressar a execução do projeto da Bacia de Campos. Trata-se de um caminho inevitável para superar anos de deficiência energética, resultado da dependência cristalizada ainda no governo Fernando Henrique (quando o apagão levou o governo, acertadamente, a selar o acordo para o gaseoduto boliviano). A fragilidade foi mantida na gestão de Lula, que pouco fez para reduzi-la. Agora, Evo Morales mostrou ao Brasil o tamanho do equívoco.

A maior parte dos 25 milhões de metros cúbicos de gás que o Brasil importa por dia vem da Bolívia. No curto prazo, não há como escapar das importações daquele país. Para o futuro, contudo, é preciso um parque de refino com capacidade de suprimento das demandas internas – atributo presente, por exemplo, no projeto da Bacia de Campos. Para tanto, convém substituir investimentos e vontade política onde hoje repousam incompetência e inércia.

16
JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA
4 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

CRISE DO GÁS

Para romper a dependência

20

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
5 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

CRISE DO GÁS

Os riscos têm mão dupla

OS DESDOBRAMENTOS econômicos e políticos das negociações iniciadas ontem em Puerto Iguazú se revelarão durante algumas semanas, mas está claro que, para a acomodação dos interesses envolvidos na nacionalização do setor boliviano de gás e petróleo, o Brasil precisará agir com firmeza e vigor. Pelo que se viu até aqui, especialmente na reunião de ontem entre os presidentes Lula, Evo Morales (Bolívia), Néstor Kirchner (Argentina) e Hugo Chávez (Venezuela), o tom belicoso será acertadamente deixado de lado. A sociedade, no entanto, não pode significar ausência de firmeza nos propósitos do Brasil.

A despeito dos componentes políticos envolvidos na ação boliviana — já exaustivamente analisados em editoriais anteriores do JB — os negociadores brasileiros precisarão deter-se nos riscos econômicos: o novo preço do metro cúbico de gás natural importado pelo Brasil, a oferta de gás boliviano para o país e as alternativas existentes para empresas e consumidores nacionais.

O Brasil, ressalte-se, importa cerca de 25 milhões de metros cúbicos diários de gás da Bolívia. Embora esse número revele nossa dependência da produção boliviana, também significa que algo como 80% de todas as exportações bolivianas são destinadas ao Brasil. Em outras palavras: o governo Morales não tem uma opção tão robusta de comprador para o gás, caso ele deixe de ser adquirido por consumidores brasileiros. A constatação tem peso especial se abordada com eficiência à mesa de negociações.

O gás natural vem ganhando espaço no Brasil à custa de outros insumos energéticos. O preço é variável-chave para a manutenção do atual ritmo de expansão. Se ficar caro demais, o gás perderá a musculatura. A Bolívia também será prejudicada. Conclusão: as negociações bilaterais — e o apelo a instâncias jurídicas internacionais — mostrarão que os danos têm mão dupla. Mas os negociadores brasileiros precisarão mostrar qualidades exemplares para tirar dividendos dessa condição.

MENSALÃO

Cresce a lista dos impunes

FALTA APENAS MAIS um da lista dos denunciados para fechar a conta, e cada vez mais se confirma o balanço desalentador das punições e a desonrosa impunidade consagrada no Congresso. Num evidente acerto suprapartidário destinado a lavar as mãos de cada legenda, já são 10 os absolvidos entre os 19 deputados suspeitos de envolvimento no esquema do mensalão. Na quarta-feira foi a vez de ganhar o perdão o deputado Josias Gomes (PT-BA), último dos sete peletistas a enfrentar o processo de cassação. No mesmo dia, o Conselho de Ética livrou o deputado Vádio Gomes (PP-SP).

Josias é acusado de embolsar R\$ 100 mil do valorioduto. Vadio escapou da punição depois de embolsar, segundo a acusação, cerca de R\$ 3,7 milhões. O último da lista, deputado José Janene, já espera a absolvição. Ex-líder do PP, ele pediu ajuda ao Supremo Tribunal Federal para obrigar a Câmara a conceder sua aposentadoria por invalidez. Até outubro, nunca será demais repetir: o Congresso cassou apenas três parlamentares. O Brasil está longe da punição desejada à engrenagem de corrupção montada entre o Executivo e o Legislativo. As eleições não tardarão e, quem sabe, poderão revelar ao Congresso o tamanho do equívoco da impunidade.

CONSUMADOS OS PRIMEIROS resultados da reunião de cúpula de Puerto Iguazú, o Brasil exibe uma inquietante coleção de fracassos nas negociações sobre a nacionalização do setor de gás e petróleo da Bolívia. O presidente Lula saiu da reunião com os colegas Evo Morales, Hugo Chávez e Néstor Kirchner com uma imagem especialmente desastrosa: confirmou a convicção generalizada de que vem passando a mão na cabeça da dupla Morales-Chávez. Os evidentes prejuízos para o Brasil, desconcertantes do decreto do "amigo" boliviano, exigiram uma conduta diferente.

Ou o eloqüente (e distante) passado de hábil negociador sindical sugere que o cálculo político do presidente Lula está certo ou o Brasil será conduzido ao papel de bobo da corte sul-americana. O comunicado final do encontro e as declarações dos presidentes serviram tão somente para legitimar as medidas adotadas por Evo Morales e reduzir o espaço político para o governo brasileiro contestar o comportamento boliviano. Mais do que isso, não criou compromissos mínimos para proteger a Petrobras de maiores perdas e danos.

Em meio ao inquérito diplomático, todos os presidentes voltaram a dizer que respeitam a decisão soberana da Bolívia e que conseguiram o compromisso boliviano de que não haverá interrupção no fornecimento do gás. A versão final da nota oficial só estabelece a garantia da oferta de gás, algo que Morales já declarou na véspera da cúpula — afinal, é de interesse da Bolívia fornecer o produto.

Faltou, porém, o ponto mais relevante. Não se sabe ao certo, até aqui, qual será o preço do combustível e o que ocorrerá com os bens e investimentos da Petrobras no país vizinho. O presidente Lula errou ao confirmar a submissão retórica e diplomática às preferências da dupla de clones do comandante Fidel Castro. O coronel e o colosso saíram com os maiores dividendos.

Do encontro, o balanço é desalentador: o presidente Lula elogiou o decreto que resultou na invasão por militares das instalações da Petrobras e ainda se comprometeu, com Chávez e Kirchner, a "fomentar investimentos conjuntos a fim de favorecer o desenvolvimento integral da Bolívia". Tal pretensão é incompatível com a premissa nacionalista que move as fantasias Chávez, Fidel e Morales, e dessa ideia o Brasil deve afastar-se o quanto antes.

O mais grave é que a sucessão de fatos e a desenvoltura do coronel venezuelano deixam perplexos os investidores internacionais e as mentes sublinhadas pela sensatez. A mordida que Morales deu no Brasil tem o apoio de Chávez. A proposta de "integração latino-americana",

Faltou — e falta — ao Brasil uma inteligência diplomática mais eficaz

nas medidas delicadas até aqui reveladas, também é de Chávez. O continente, vê-se, é de Chávez.

Das lições extraídas do episódio, convém acrescentar: faltou — e falta — ao Brasil uma inteligência diplomática mais eficaz. Faz parte do jogo das relações internacionais um aparato estratégico de informações comerciais e políticas, que forneçam ao governo brasileiro informações relevantes para passos futuros. Essa função poderia ser desempenhada com mais eficiência pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Líder na região, o Brasil não pode ser pego de calça curta como neste episódio. Tampouco agir de maneira confusa na interlocução com os vizinhos.

Sem resolver tais deficiências, a diplomacia brasileira seguirá à mercê da dependência de líderes e nações volúveis e nada confiáveis — casos da Venezuela e da Bolívia. Ruim para o Brasil, péssimo para a América do Sul.

13

JORNAL DO BRASIL

SÁBADO
6 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

UMA COLEÇÃO

Uma coleção de fracassos

POLÍTICOS E ELEITORES que desejam uma correção de rumo nos padrões éticos e morais do país devem apreender as lições deixadas pelo discurso de posse do ministro Marco Aurélio Mello, novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Suas palavras significam um duro recado para um país que se habituou à banalização do crime nas esferas de poder. "Não passa um dia sem depararmos com manchetes de escândalo", afirmou o ministro. "Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades de diversos escalões, não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha". Marco Aurélio Mello criticou ainda as "deslavadas e grosseiras mentiras" dos políticos, reconheceu a existência de um "fosso moral e ético" e afirmou que hoje há no país um "segmento da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura".

Com tais palavras, Marco Aurélio Mello traduziu com eloquência o incômodo nacional diante da rotina da desfaçatez e da indignidade — que adquiriu feições ainda mais perturbadoras desde que o esquema do mensalão veio à público pela primeira vez, graças a uma reportagem do IB, publicada em setembro de 2004. Caberá ao ministro a condução das eleições deste ano. Sabendo da responsabilidade do cargo que assumiu na quinta-feira, o novo presidente do TSE alertou que, se depender dele, não haverá "contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei". O ministro defendeu uma tese com a qual todo o Brasil honesto concorda: a rejeição implacável de contas irregulares de candidatos ou partidos. "Esqueçam a aprovação de contas com as famosas ressalvas". Não são poucas as que identificam a atual crise como a mais grave da história do país. E é na convocação de superá-la que eleitores e políticos precisam agir em outubro.

Vencida a fase abjeta das denúncias de corrupção envolvendo mensais, mais repletas de dinheiro vivo, tráficos de influência e fisiologismos, um quesito deve ser especialmente importante para a definição do voto: a honestidade do candidato. Cansados de decepções, os eleitores desejam muito mais do que o carisma típico dos líderes que se sustentam no mito do homem providencial. O currículo do candidato é tão relevante hoje quanto a limpeza de sua folha corrida. Sem se preocupar com esses critérios, os eleitores também serão chamados à responsabilidade por reconduzir ao poder aventureiros e irresponsáveis.

O Brasil precisa conscientizar-se de que os ocupantes de cargos públicos devem ter

Ocupantes de cargos públicos devem ter passado o presente limpos

passado e presente limpos, sem qualquer envolvimento com o crime. Aos eleitores, não interessa escolher seus representantes entre políticos que se protegem sob o manto da imunidade dos mandatos para escapar da ação da Justiça. É verdade que a Constituição Federal garante a todos a presunção da inocência, segundo a qual ninguém é culpado até que todos os recursos judiciais possíveis de absolvê-lo estejam esgotados. Tal preceito, no entanto, não neutraliza uma outra exigência das boas democracias representativas: a necessidade de uma vida íntegra, inabalável ética e moralmente, para o exercício de cargos públicos. Some-se a isso a exigência ressaltada pelo novo presidente do TSE: o fim da condonância de qualquer ordem. O Brasil não quer mais deparar-se com a astúcia de bandidos engratados. Deseja faxina, não corrupção. Espera um país real, não de faz-de-conta.

1.2
JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
7 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

Não ao país do faz-de-conta

O ENVOLVIMENTO DE PARLAMENTARES no escândalo das ambulâncias revela mais uma vez que o Congresso excede os limites da desfaçatez e da pilantragem. Transcorridos apenas cinco meses, 2006 já está denunciado como mais um ano em que o Congresso deu um tapa na cara do eleitor brasileiro. Não bastou a ruítila crise que se estende desde o fim de 2005, quando o mensalão ficou evidenciado para todo o país. Para muitos deputados e senadores, não importa que o Brasil esteja farto do desprezo de seus representantes. A eles são dispensáveis os inúmeros recados emitidos pela opinião pública de que não tolera mais afrontas à ética, à moral e ao respeito pelos cidadãos. Desenvolvem com eloquentes demonstrações de que prevalecem os interesses privados com o uso de benefícios públicos.

A galeria dos traquimas e indecorosos já era vasta até a revelação de um novo escândalo. A cada dia, a Câmara vinha se transformando em madrinha da impunidade ao absolver uma dezena de mensais — numa distribuição equânime de votos da salvação que sugere um desprezível acerto suprapartidário. Diante da TV, um parlamentar sorria para conenhorar o perigo de um colega. Parlamentares usufruem de hora livre no exterior, com recursos públicos. Outros batem boca de maneira nada respeitosa, descendo a ladeira do nível dos debates que devem kulzar o Congresso.

Agora, a Operação Sanguesuga da Polícia Federal denuncia parlamentares e assessores acusados de participar de esquema de venda superfaturada de ambulâncias a prefeituras. O método da quadrilha das ambulâncias inclui a apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento da União para destinar verbas orçamentárias, cujo objetivo é atender a interesses de empresários e entidades obscuras.

O resultado, até aqui, é a revelação de um Brasil cansado, inquieto e frustrado com aqueles que deveriam representá-lo e trabalhar pelas mudanças desejadas pelo país. As evidências não só desgastam a imagem dos parlamentares,

As espalhar-se por todos os níveis e áreas dos poderes da República, a bandeiragem contra a integridade das instituições nacionais.

Um relatório da Polícia Federal mostra, por exemplo, que a organização criminoso acusada de fraudar emendas parlamentares também teve forte atuação no Ministério da Ciência & Tecnologia. No ano passado, sete deputados suspeitos apresentaram R\$ 6,4 milhões em emendas ao Orçamento da União para o ministério financiar compras de ônibus equipados com computadores, as unidades móveis de informática do Programa de Inclusão Digital.

As denúncias da PF exigem resposta imediata dos comandos do Legislativo e do Executivo, sob pena de incluir na mácula a parcela honesta (e cada vez menor) dos representantes

A cada dia, a Câmara vinha se transformando em madrinha da impunidade

brasileiros. O presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), prometeu adotar providências rigorosas. O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), disse que será instalado um comitê de acompanhamento da aplicação dos recursos das emendas parlamentares.

Não basta. A manipulação do Orçamento e a extrapolção de todos os limites na condução dos recursos públicos exigem punição rigorosa — seja para quem for. O voto secreto, que tem lavrado a regra da impunidade vigente nos processos de cassação, também precisa acabar. O Brasil espera ainda mecanismos mais eficientes de fiscalização e controle na previsão e na execução dos gastos públicos. Eis o óbvio ignorado por muitos parlamentares: é inadmissível que irresponsáveis engratados ajudem a desmontar o edifício de credibilidade construído pelo Congresso em longas décadas de consolidação democrática.

1.2
JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA
8 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

Sem limites para a corrupção

OS TRÊS DIAS DE JULGAMENTO, as mais de 2 mil páginas de processo e a sentença de 19 anos, dois meses e 12 dias de prisão destinada ao jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves não foram suficientes para levar à cadeia um assassino confesso. Assim funcionam os meandros da Justiça brasileira. Graças à decisão do juiz Diego Ferreira Mendes, o covarde algoz da jornalista Sandra Gonido apelará da sentença em liberdade. Mendes entendeu que Pimenta Neves não representa risco para a sociedade.

O enredo da morte de Sandra configura mais um exemplo da necessidade de mudanças dos ritos processuais vigentes na Justiça brasileira. A lentidão na prestação jurisdicional e a garantia de recursos protelatórios – em benefício, geralmente, dos vigaristas mais poderosos – tornaram-se algo perturbadoramente comum no país.

Há seis anos, o assassino de Sandra Gomide protela o confronto com a Justiça. Recursos diversos em todas as instâncias possíveis o salvaram do cárcere até aqui. Em março de 2001, beneficiou-se com o habeas-corpus concedido pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal. Pimenta Neves vive tranquilamente até que, depois de uma série de reportagens do JORNAL DO BRASIL, em janeiro deste ano, o julgamento foi marcado. Os advogados do réu recorreram ao Superior Tribunal de Justiça e o encontro com o júri voltou a ser adiado. As vésperas, o STJ recuou e o julgamento foi anulado.

O Brasil de bem esperava a punição merecida. Ela veio. Para um assassino de 69 anos, a sentença soa como prisão perpétua. Pimenta Neves e seus advogados mal puderam disfarçar o sorriso quando o jornalista pôde sair livre do fórum de Itiúba, no interior de São Paulo. A decisão provocou justificável indignação não só na família de Sandra Gomide, como revoltou parentes, amigos e multidões que acompanharam o julgamento.

Num país em que o cinema dos culpados faz parceria com o silêncio dos bem-informados, deseja-se o encurtamento do calvário de cidadãos honestos, injustiçados e vítimas de poderosos do crime. Os reportagens do JB alimentaram a esperança da família da jornalista – com o julgamento, afinal, Sandra poderia ser, enfim, sepultada com dignidade. Mostraram, por exemplo, que Pimenta Neves cultivava o ócio graças à morosidade da Justiça. Beneficiado pelo abuso de recursos, passeava com desenvoltura a bordo da inapunição – entre as areias das praias do litoral norte paulista, festas e shopping centers. Enquanto isso, a família de Sandra permanecia prisioneira do passado. A proteção do cárcere de Pimenta ampliou o prazo de espera.

Ou o Brasil revê os ritos processuais ou as instituições serão abaladas de maneira preocupante

O jornalista contou ainda com o corporativismo epidêmico para permanecer distante das grades e do noticiário. É exemplar de como um réu pode garantir o próprio alívio, graças aos recursos financeiros de que dispõe para pagar os mais bem preparados advogados e absorver os benefícios assegurados por uma legislação que lhes favorece.

Ou o Brasil revê os mecanismos jurídicos que permitem tais truques ou as instituições serão abaladas de maneira preocupante. Muitos brasileiros reconhecem o Judiciário como um Poder demasiadamente lento e incapaz de promover igualmente a Justiça. A reforma, iniciada no Congresso no ano passado, permitiu ao país imaginar mudanças relevantes para superar tais deficiências. Contudo, completá-la. Caso contrário, personagens como Pimenta Neves continuarão gozando da liberdade, assistidos por um Brasil indignado.

22
JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA
9 DE MAIO DE 2006
opinio@jb.com.br

Editorial

Liberdade para os poderosos

DEPOIS DE MAIS DE UMA SEMANA DE greve de fome, o ex-governador do Rio Anthony Garotinho protagonizou um protesto cujo bilanço é preocupante. Reconheça-se a coragem de ainda pré-candidato do PMDB à Presidência da República. Feita a ressalva, registre-se que as consequências do ato se revelam pouco animadoras no âmbito político. Candidaturas no Palácio do Planalto não combinam com precipitações voluntaristas.

O protesto radical acaba turvando análises sobre as gestões de Garotinho e de Rosinha Mathias, que foram bastante proveitosos para o Rio de Janeiro. De outra parte, potencializa os aspectos negativos dos dois mandatos. O Rio se beneficia, por exemplo, de uma fase auspiciosa no campo dos investimentos, entre os quais se destacam o Complexo Petroquímico em Itaboraí (incluindo uma refinaria), investimentos siderúrgicos e projetos de ampliação e melhoria dos portos fluminenses. Esse painel relembra para melhor o futuro do Rio.

Essa cultura do haver é sensivelmente prejudicada pela confusão produzida pelo protesto de Garotinho na cabeça do eleitor – aparentemente perplexo com o que se passa. Parece cada vez mais evidente: foi um gesto infantil, com o qual o ex-governador não só ariscou pretensões eleitorais para este ano como maculou a imagem para os próximos pleitos. Ainda jovem e com musculatura política suficiente para pensar em várias disputas, Garotinho pode estar desperdiçando tempo e credibilidade. Mesmo se for elefentado pelo PMDB na convenção, continuará com grande patrimônio eleitoral – e terá peso substantivo na transferência de votos nesta temporada eleitoral.

O ex-governador vinha saboreando uma sucessão de boas notícias. Venceu a consulta interna do PMDB e cresceu significativamente nas pesquisas de intenção de voto. Como em 2002, revelara-se uma opção para o eleitorado diante das similitudes programáticas do PT e do PSDB na condução da economia. Sua candidatura era uma incógnita, fruto da confusão habitual do partido.

Se a tarefa era difícil, tornou-se mais complicada com o protesto. Faltam argumentos consistentes para justificar a greve de fome. É difícil reconhecer a existência de um complot destinado a assegurar-lhe a candidatura. Não há conspiração contra ele. A inconsequência do protesto é que não o levará a algum lugar benéfico, exceto a criar um fato paralelo às denúncias sobre os meios e modos de financiamento da pré-candidatura.

Garotinho avisa que só pára a greve quando observadores internacionais puderem supervisionar o processo eleitoral e quando conseguir, na imprensa, o mesmo espaço de defesa destinado às acusações. É difícil atender a tais pleitos. O protesto revelou-se inócuo. Falta relação entre acusações e exigências. E greve não lhe garantirá o apoio do PMDB.

Política é a arte da negociação. Garotinho preferiu ignorar a premissa e radicalizar

Cada vez mais saturado de denúncias de corrupção – chagas que destroçaram o patrimônio ético do PT, arruinaram a do governo Lula e macularam o branco-vestal do PSDB – o eleitor exige uma completa transparência dos líderes políticos. Garotinho faria melhor se respondesse detalhadamente às denúncias formuladas contra as administrações do casal. Se forem verdadeiras, teria mais resultado um enfático pedido de desculpas, complementado por ações concretas planejadas para corrigir equívocos. Se as denúncias são infundadas, caberia tão-só responder ponto a ponto a todas as suspeitas mencionadas pela imprensa.

Política é a arte da negociação. Garotinho parece ter ignorado a premissa. Preferiu a imolação política, cujas consequências são prejudiciais a ele, que contempla a redução das próprias chances, e ao eleitor, que pode ser privado de um candidato preparado para oferecer uma alternativa real de mudança política e econômica.

22
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
10 DE MAIO DE 2006
opinio@jb.com.br

Editorial

Protesto de alto risco

OU O BRASIL SE DECIDA a remover os tumores que permitem à corrupção alastrar-se por todos os níveis dos governos, ou as cenas assistidas ontem na CPI dos Bingos se repetirão dia a dia. As chagas que corroem o Estado brasileiro revelam-se implacáveis. Neutralizam a capacidade das instituições e dos políticos de extrair os males que ajudam a perpetuar criminosos instalados no poder. Para vencer a doença endêmica da corrupção, será necessário levar adiante uma extensa e profunda agenda de reformas, capazes de reorganizar as instituições, modernizar o Estado e sedimentar mecanismos que impeçam o surgimento de 10, 100 ou mil Marcos Valérios espalhados pelos partidos e governos. Eis a lição maior a extrair do novo depoimento de Silvio Pereira à comissão.

O ex-secretário geral do PT recorreu à estratégia habitual dos personagens confrontados com a evidência dos escândalos: disse que já não sabia mais identificar o que é verdade e o que é mentira na entrevista concedida ao jornal *O Globo* no fim de semana. Pereira não confirmou mas tampouco desmentiu as afirmações que fez ao jornal. Na entrevista, o ex-dirigente afirmou que o empresário Marcos Valério coordenava um esquema ilegal de arrecadação de verbas o que pretendia obter R\$ 1 bilhão. Pereira dissecta ainda que o esquema era do conhecimento do presidente Lula, do ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, do ex-presidente do partido José Genoino e do senador Aloizio Mercadante.

Entre poucos fatos novos e repetição de velhas acusações sobre o comando do PT, a entrevista (e sua repercussão) revela a inutilidade do debate em curso. Nas circunstâncias atuais, pouco importa se o chefe do Palácio do Planalto sabia ou não do mensalão — a propina distribuída a parlamentares, destinada a garantir a aprovação de projetos de interesse do governo.

Quando superar essa fase das denúncias e das respostas mal explicadas por dirigentes políticos, o governo (seja qual coloração partidária tiver), o Congresso e a sociedade — deverão dedicar-se a resolver os problemas estruturais que alimentam a horta de corrupção. O Estado padece de vícios por demais arraigados. É monstruoso por fora e frágil por dentro. Imerso numa burocracia minuciosa, atrasada e ineficiente, esse Estado é excessivamente controlado quando precisa comprar meras canetas. Mas apresenta um enorme déficit de mecanismos de fiscalização dos gastos públicos. Para alimentar um Estado com tais dimensões, adere-se aos programas asfixiantes de juros elevadíssimos e altos impostos — vasta fonte de sonegação e corrupção.

O país deve resolver os problemas estruturais que alimentam a horta da corrupção

Torná-lo menos ineficiente, mais enxuto e mais ágil é condição fundamental para reduzir o espaço dos corruptos oficiais. A reforma administrativa do Estado, convém acrescentar uma reforma política de fato, e não os arremedos costumeiros dedicados a aplacar a inquietude da opinião pública em momentos de crise. Entre as exigências inadiáveis estão as mudanças na legislação eleitoral, a reorganização da estrutura partidária, a aprovação de novas regras de financiamento de campanhas e de maior fiscalização das despesas dos candidatos e partidos.

O PT está moralmente esfacelado. O governo desgastou-se com a profusão de escândalos. O Congresso atravessa a mais séria crise de credibilidade de sua história. Cristalizaram-se a frustração e a desconfiança. Essas são as consequências da crise. É preciso atacar as causas — desafio para o qual se exige tempo, esforço e trabalho de todos.

17
JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA
11 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

CORRUPÇÃO

Os lenitivos para o futuro

AS ÚLTIMAS CENAS DE CONFRONTO entre polícia e traficantes na Rocinha revelam que a percepção de medo dos cariocas segue uma trilha diferente das estatísticas oficiais de segurança. A suspeita transforma-se em convicção diante da repetição de episódios como o de terça-feira, quando duas operações policiais foram realizadas na favela. Traficantes reagiram com disparos e granadas. Uma criança de 11 anos, Mariana Nunes Nilo Pereira, foi baleada nas mãos. Depois que parte da população deixou a comunidade, um novo confronto ocorreu numa área de mata. Conforme o enredo habitual, o Túnel Zuzu Angel foi fechado por 10 minutos. O trânsito parou. Moradores de bairros vizinhos, como Gávea e Leblon, assustaram-se com o barulho dos tiros. Os cariocas que vivem em São Conrado ficaram com medo. Comerciantes tiveram prejuízo.

Os números e as datas são diversos, mas são evidentes as semelhanças com outros confrontos ocorridos naquela área. Enquanto casos assim se repetirem, pouco adiantarão os eloquentes avanços constatados no combate ao crime e à violência no Rio de Janeiro. As autoridades fluminenses têm obtido grandes vitórias no enfraquecimento bélico dos bandidos. Nos últimos 10 anos, houve redução no número de homicídios no estado, com mais de 20% de queda, em média, segundo pesquisa do Instituto de Segurança Pública — órgão responsável pela análise científica dos índices de criminalidade. Os números revelam ainda que caiu o índice de assaltos aos turistas. Aumentou o número de armas apreendidas. O próprio conflito de terça-feira é uma mostra da ação do aparato de segurança. Tais triunfos, contudo, desmoronaram-se, diante da deflagração do medo promovida pelo confronto na favela. Os tiroteios tornam-se rotina para os moradores da Rocinha e seu entorno, enquanto as estatísticas vão adquirindo feições menos estereotipadas.

O efeito das notícias é especialmente devastador: o que fica nos corações e mentes dos cariocas é que o Rio vive coagido por traficantes, assaltantes e quadrilheiros de toda ordem. Cristaliza-se a ideia de que os cariocas andam atemorizados pelas ruas. Segundo a percepção popular — ora falsa, ora verdadeira — a mais maravilhosa das cidades do mundo é palco de cenas de guerra tão violentas quanto no Oriente Médio. É prova de que têm sido insuficientes o empenho da polícia do Rio e os avanços no trabalho preventivo de inteligência, realizado pelas autoridades fluminenses.

Falta o óbvio: a constatação, entre os governantes, de que o Rio, sozinho, não vencerá esse medo. O Brasil precisa de uma concertação ampla entre integrantes de

A percepção de medo segue uma trilha diferente das estatísticas oficiais de segurança

todas as esferas do poder público e representantes da sociedade civil para a montagem de um grande plano nacional de segurança pública. As vozes de inquietação e medo não se espalharam como se esperava por todos os governos — não só o estadual, mas o municipal e, sobretudo, o federal.

Diagnósticos existem em profusão. Os avanços percebidos no Rio, mesmo numa área de conflito urbano grave, comprovam a tese de que é possível vencer a guerra. Mas não basta. Convém, por exemplo, eliminar os problemas de corrupção identificados nas polícias. É preciso também rever as regras penais, processuais, administrativas e de execução — envelhecidas pelo tempo. Ações eficazes dependem ainda da autoridade da qual emanam as determinações. O país precisa, portanto, de líderes convictos de que segurança é um problema nacional — chaga crônica da qual padecem não só os cariocas.

17
JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
12 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

SEGURANÇA

Um tiro na alma nacional

A DIPLOMACIA BRASILEIRA VEM SENDO implacavelmente desmoralizada pela dupla do delírio da América do Sul — os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales. Em pouco mais de uma semana, ambos emitiram torpedos certeiros contra o Brasil. Sem diplomacia. Já era espantosa a insistência com que o presidente Lula os definia como "companheiros". Mais surpreendente ainda é que continue admirá-los.

A primeira atitude foi de Morales, que anunciou a nacionalização do setor de gás e petróleo boliviano, afetando diretamente as atividades da Petrobras naquele país. Dois dias depois, enquanto o presidente Lula se reunia com os colegas da Argentina (Néstor Kirchner), da Bolívia (Morales) e da Venezuela (Chávez), o encarregado de negócios da Bolívia, Pedro Gumucio, cobrou do Brasil a redução dos impostos sobre o gás, como forma de compensar as perdas decorrentes da decisão unilateral de Morales. Um caso explícito de intromissão em questões exclusivas dos brasileiros.

Nesta semana, nota oficial do Ministério das Relações Exteriores venezuelano criticou o chanceler brasileiro, Celso Amorim, e o assessor especial do presidente Lula para assuntos externos, Marco Aurélio Garcia. Amorim e Garcia foram tratados como dois caluniadores do presidente boliviano. Enquanto isso, o presidente Lula ainda tenta convencer o mundo de seu papel exemplar como líder e patriarca da região. Não é. Tampouco é verdade a altivez proclamada pelo Itamaraty e pelos comandantes do governo. O chefe do Itamaraty acreditava que poderia ser respeitado se chamasse o colega venezuelano e dissesse "palavras duras" ao ouvido de Chávez.

Trata-se de um evidente engano. Tão equivocado quanto a conduta do Itamaraty em todo o episódio da nacionalização do gás boliviano. Conforme sublinhou o embaixador Mario Gibson Barboza, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, a atitude histórica da nossa diplomacia foi sempre a de colocar o interesse nacional acima de qualquer ideologia interna.

Segundo o ex-ministro, não se trata de ignorar a soberania do país vizinho, mas de "recusar a quebra unilateral e desmotivada de contratos livremente acordados entre dois Estados". As autoridades erram ao insistir no reconhecimento da soberania boliviana, em vez de protestar contra um ato que atinge interesses do Brasil. Tem faltado ao Itamaraty maior preparo no serviço de inteligência. A chancelaria padece também com a profusão de interlocutores e formuladores da política externa. Não se deve esquecer que há aí um viés demasiadamente ideológico, atingindo a reputação de uma instituição secularmente respeitada.

Os condutores do Itamaraty ignoram uma lição deixada por Winston Churchill e sublinhada pelos mais experientes embaixadores: "Quanto mais se olha para trás, mais adiante se é

Ora pelo silêncio, ora pela ineficiência, a ação do governo custará um preço alto para o país

capaz de ver". Os sábios da atual política externa costumam achar que nossa diplomacia começou com o governo Lula. Nisso resulta a transformação do país em apêndice das preferências do eixo do atraso, formado por Chávez, Morales e o ditador Fidel Castro. As consequências serão desastrosas para o Brasil, em particular, e para a América Latina, em geral. Ontem, durante a reunião da 4ª Cúpula de Chefes de Estado da União Europeia, América Latina e Caribe, em Viena, o governo boliviano voltou a atacar o Brasil. Revelou a opção de construir um gasoduto que atravessasse a América do Sul, da Venezuela à Argentina, com a participação da Petrobras. Esse gasoduto constitui idéia a ser afastada do Brasil. Logo em seguida, Morales baixou o tom, mas deixou no ar o nível da provocação.

Eis um caso a ser discutido com rigor pelo Congresso e pela sociedade brasileira. Ora pelo silêncio, ora pela ineficiência, a ação do governo custará um preço muito alto para o país.

18
JORNAL DO BRASIL

SÁBADO
13 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

DIPLOMACIA

Desmoralização nacional

ENQUANTO O BRASIL ASSISTIA, estarecido, aos escândalos situados na esquina que separa — e une — o Congresso e o Palácio do Planalto, crescia a dúvida entre os homens de bem: as instituições democráticas estariam suficientemente sólidas para sobreviver aos escombros deixados pela mais séria crise política do país desde o *impairment* de Fernando Collor? Avaliações apressadas chegaram a sugerir que não. O curso da história revelou que sim.

Exatos 12 meses depois da revelação das fitas que comprovou a corrupção nos Correios, é possível dizer que o Brasil sobreviveu nos estrondos quase diários que ameaçaram — e ainda ameaçam — a República. Felizmente, os temores foram aplicados. A economia manteve-se de pé. Os três Poderes seguiram seu curso, funcionando normalmente, balizados pelos princípios fundamentais das democracias mais saudáveis.

Antes enfunadas pelos ventos das tempestades, as velas de nossas instituições se depauperaram com uma vistosa calmaria. Durante meses seguidos, foram expostas relações comprometedoras entre o público e o privado: do loteamento da máquina governamental entre feudos partidários à busca de recursos em licitações fraudulentas, da compra de votos de parlamentares às tentativas oficiais de barrar as investigações do Congresso.

Constatou-se a existência de uma poderosa quadrilha, montada no poder Executivo, capaz de extrair recursos de estatais, de empresas privadas e de fundos de pensões. A cooptação explícita e implícita foi revelada. A corrupção, exposta. A farsa exibida conduziu muitos brasileiros ao desencanto, trazendo maus presságios para a jovem democracia brasileira.

A política desceu a escada da credibilidade, mas a República brasileira não desmoronou. Essa é a melhor notícia para quem imaginava que o Brasil ainda era um país democraticamente frágil. Não é. Ainda são preocupantes as evidências de descrédito crescente dos brasileiros em relação aos políticos.

A atividade parlamentar atinge patamares de confiança da população demasiadamente baixos. Os níveis de corrupção passam a integrar o cotidiano do poder. As regras do jogo envolvem uma dose substancial de favorecimento mútuo entre os participantes. Quando tudo isso se conjuga, o sinal amarelo do ambiente democrático se acende. Abre-se espaço para uma nova investida dos saudosistas da ditadura e dos demagogos de todos os matizes.

Embora com feições diversas, esta é uma regra que tem prevalecido em praticamente toda a América Latina, apesar dos avanços do continente. O Brasil, em especial, pôde experimentar, nos últimos 20 anos, a consolidação de suas instituições e a adaptação às regras do jogo democrático, sem golpismos, por todos os atores políticos. O risco ocorre

A política desceu a escada da credibilidade, mas a República não desmoronou

quando a sensação de descrédito se soma à baixa capacidade da política de atender às expectativas da população — e esperanças legítimas — e quando se transforma em instabilidade do regime.

Não parece ser este o caso brasileiro. Mesmo o presidente Lula, sufocado pelos escândalos, não ousou derrubar a coluna que sustenta a democracia. Seu governo usa e abusa de artifícios para protelar as investigações e negar as evidências, mas recorre às armas disponíveis do jogo político. Não se viu, nem se ouviu, qualquer autoridade do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário elevar a voz contra as regras estabelecidas.

É claro que ainda prevalece a recomendação do baiano Octávio Mangabeira que, ao referir-se à instabilidade política da América Latina, comparou a democracia com uma plantinha tenra, a merecer o maior cuidado para não fenececer. Convém, portanto, tomar cuidado. Mas entre incontáveis espantos, há boas razões para comemorar.

27
JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
14 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

DEMOCRACIA

As instituições sobrevivem

As conclusões da 4ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, América Latina e Caribe revelaram a enorme distância entre as intenções e as ações dos líderes latino-americanos. Os países da região saíram fragilizados da reunião encerrada no fim de semana, em Viena, na Áustria. Não bastaram as ininterruptas provocações do presidente da Bolívia, Evo Morales, que expuseram os monumentais equívocos da política externa do Brasil, o principal integrante do Mercosul. Alguns líderes exibiram, de maneira constrangedora, suas divergências, consumadas em inúmeros ataques verbais.

Somados, os conflitos domésticos tornaram esquisitas as possibilidades de acordo com a UE, capaz de garantir maior acesso ao mercado europeu. Os resultados são bastante inferiores às expectativas criadas. Viena considerou a reunião de cúpula o evento mais importante na cidade desde o histórico Congresso de 1815, no qual foi traçado o destino da Europa depois das guerras napoleônicas.

A relevância não estava simbolizada tão somente pela presença de mais de 60 chefes de Estado e de governo, acompanhados por cerca de 1.500 delegados nacionais. Alimentavam as esperanças a ampliação da União Europeia, a constatação de ser o primeiro encontro fora do entorno cultural ibero-americano e a resolução de temas pendentes, dentre os quais a empacada Rodada Debatida da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o fechamento das negociações de um acordo entre a União Europeia e a América Central e Comunidade Andina.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a exibir sua retórica triunfalista a favor dos pobres – cujos efeitos se têm mostrado cada vez mais míseros.

Lula pediu pressão para o fim da atual rodada de negociações da OMC, afirmando que tal atitude é a melhor contribuição que os países ricos podem dar para a luta contra a pobreza. “A rodada da OMC é a melhor chance que temos para reduzir ou eli-

minar subsídios, abrir mercados, aumentar a riqueza e gerar empregos”, afirmou o presidente brasileiro, em seu discurso em Viena. A tese, evidentemente, é correta. Mas entre as intenções e as práticas vigentes no comércio exterior há uma distância gigantesca.

A tensão entre os líderes latino-americanos e a evidente debilidade da política externa brasileira prejudicaram os resultados obtidos. Enquanto o mexicano Vicente Fox acertadamente pediu à esquerda que fale mais em comércio e menos em ideologia, o boliviano Evo Morales investiu contra o que chamou de “pilhagem colonial”. Morales revelou o tamanho da insensatez vigente ao declarar que a Petrobras agia ilegalmente no país. (O recuo posterior do “companheiro” do presidente Lula não neutralizou a certeza

A evidente debilidade da política externa brasileira também prejudica os resultados obtidos

da provocação ao Brasil.)

O tamanho da debilidade do Mercosul revelou-se ainda com o cancelamento do evento programado durante a cúpula. Insatisfeitos com os rumos seguidos até aqui pelo Mercosul, em especial pelo recente conflito das “papeleiras”, os presidentes do Uruguai, Tabaré Vazquez, e da Argentina, Néstor Kirchner, desistiram de participar da reunião.

A cúpula confirma o equívoco da América Latina de aderir ao eixo do atraso, formado pela “santíssima trindade antiimperialista” – Hugo Chávez, Evo Morales e Fidel Castro. O Brasil viu perder a liderança natural do continente. Argentina e Uruguai mostram-se incomodados com a maneira pela qual os brasileiros tentam exercer tal liderança. Enquanto isso, a retórica beligerante do presidente Hugo Chávez e as ações inconsequentes de Evo Morales vão conduzindo a região ao perigo.

14

JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA
15 DE MAIO DE 2006
opnliao@jb.com.br

Editorial

AMÉRICA LATINA

Rumo ao atraso

DÉCADAS DE DESCASO, ações erráticas dos governos, legislação penal ultrapassada e deficiências gigantescas no sistema carcerário, entre outros males, explicam as cenas de pavor da maior rebelião prisional da história do Brasil. O levante de bandidos, orquestrado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) – que atingiu mais de uma centena de presídios de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná – feriu de morte o país. Tornou inquietante não só a vida dos moradores da cidade atingidas. Aterroriza também o futuro de áreas potenciais para novas ações dos criminosos – como o Rio de Janeiro.

As cenas e os números dos últimos dias confirmam o teatro de horrores em que se transformou a segurança pública brasileira. Só em São Paulo, foram quase uma centena de mortos, entre policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários, criminosos e brasileiros inocentes. A galeria da tragédia completou-se com mais de uma dúzia de agências bancárias atingidas, cerca de 60 ônibus incendiados, escolas interromperam suas aulas. Ameaças espalhavam-se pela cidade. Até ontem, ainda havia mais de 40 rebeliões em curso. Novamente a rotina do Brasil de bem foi atrapalhada pelo crime organizado, sempre favorecido pela incompetência das autoridades.

Constatado o terror, os episódios seguintes repetiram o enredo habitual. As autoridades federais vieram a público para prometer ações rigorosas contra os bandidos, mesmo quando confrontados com as evidências do desleixo – desde o desembarque no poder, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu a construção de presídios federais e o aumento no volume de recursos destinados à segurança. Até agora, as promessas não saíram do papel. O Senado anunciou a intenção de formar uma força-tarefa para analisar todos os projetos em tramitação na Casa a respeito de segurança pública. A OAB sugeriu providências contra advogados envolvidos com os criminosos – promessa repetida e nunca posta em prática.

As autoridades paulistas garantiram que a situação estava sob controle. Diante de mais de uma centena de atentados, o governador Cláudio Lembo tentava aparentar tranquilidade. Acabou fazendo bobagem. Faltou um eficiente serviço de inteligência na polícia estadual. Lembo revelou despreparo e falta de humildade, sobretudo ao recusar a ajuda da Guarda Nacional. O resultado é politicamente desastroso não só para o governador (do PFL), como para o pré-candidato do PSDB à Presidência da República. O tema integrará a agenda das eleições. Os tucanos governam o Estado mais rico do país há 12 anos. Foi tempo suficiente para que tais rebeliões não ocorressem com tanto escárnio. Em 2001, já havia ocorrido algo semelhante. Cinco anos depois, os motivos foram ainda mais generalizados.

As autoridades paulistas garantiram que a situação estava sob controle. Não estava

Os cariocas esperam ouvir do governo fluminense palavras confortantes. Desejam saber se o Rio está preparado se uma eventual afronta ocorrer também por aqui. É hora de remontar os estilhaços deixados de maneira perturbadora pelo terrorismo dos criminosos. Conviém planejar e executar, de imediato, uma reação implacável para o Brasil voltar ao estado de direito. Para tanto, é dispensável sublinhar a necessidade de integração entre os governos. É preciso ainda que o país se dedique a discutir, de uma vez por todas, um plano nacional de segurança. A desmoralização do Estado promovida pelos bandidos exige uma espécie de Plano Real da segurança, capaz de garantir resultados efetivos no médio e no longo prazo e tornar o país imune às respostas estereótipas e indignadas do calor da crise. Esse é um compromisso do qual os governantes e candidatos não podem escapar. Ela é a única resposta adequada ao caráter perene adquirido pelo terror.

17

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA
16 DE MAIO DE 2006
opnliao@jb.com.br

Editorial

SEGURANÇA PÚBLICA

O terror contra o Estado